

PLANEJAMENTO E A OFERTA PÚBLICA DE SERVIÇOS EM SAÚDE NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

GONÇALVES, Izabela Dos Santos¹ (izabela.econ@hotmail.com); **LAMBERTI, Eliana**² (eliana@uems.br)

¹Discente do curso de Ciências Econômicas da UEMS – Ponta Porã;

²Docente do curso de Ciências Econômicas da UEMS – Ponta Porã.

A Constituição brasileira 1988, afirma que a Saúde é direito de todos e dever do Estado. Dessa forma foi estabelecida pela Constituição Federal de 1988, como diretrizes do Sistema Único de Saúde a descentralização, com direção única em cada esfera de governo, o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e a participação da comunidade. Com base nessas diretrizes o objetivo geral do trabalho correspondeu à análise da gestão e oferta da saúde pública no estado de Mato Grosso do Sul, no período compreendido entre 2000 e 2016. De modo específico, foram estabelecidos os seguintes objetivos: compreender a dinâmica da regionalização da saúde em Mato Grosso do Sul; estudar a evolução dos gastos/investimentos em saúde no MS; estudar o crescimento da demanda por serviços de saúde no MS; investigar os gargalos na oferta dos serviços de saúde no MS. Do ponto de vista da metodologia utilizada para a construção do trabalho os recursos adotados corresponderam à coleta de dados e informações oficiais sobre o tema, a saber: dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Departamento de Informática do SUS (DATASUS), da Secretaria de Estado de Saúde (SES) e do Ministério da Saúde. Como resultado da pesquisa, observou-se que ainda que o SUS seja um dos maiores projetos públicos que tem por objetivo a inclusão social e proporcionar o acesso de todos os cidadãos aos serviços de saúde, o mesmo apresenta vários problemas como organização, gestão e financiamento. No entanto pode se observar também que avanços foram conquistados desde a implantação do SUS, como iniciativas em torno da regionalização da saúde, que realocaram as SES na função estratégica de coordenação dos sistemas estaduais e regionais de saúde, através das Normas Operacionais da Assistência – Noas 01/2001 e 01/2002. Além das Funções Essenciais da Saúde Pública (FESP), fruto de uma iniciativa da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), na década de 1990, que adaptadas à gestão estadual do SUS (FESP/SUS) compõem um conjunto de 11 funções, que representam algumas das responsabilidades e atribuições mais relevantes da autoridade sanitária estadual, que tem o papel fundamental de garantir seu bom desempenho. Conclui-se através de dados do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde que o estado do Mato Grosso do Sul tem realizado ações para fortalecer a formação técnica e científica dos profissionais que atuam nos serviços do SUS, como na vigilância, prevenção e controle de doenças, nas três esferas de governo, através da participação em cursos de pós-graduação, não só em sua capital como também outros estados, sendo resultado de um amplo processo de pactuação com as instituições de ensino superior do país.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde, regionalização, vigilância em saúde.

Agradecimentos: A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) pela concessão de bolsa de iniciação científica ao primeiro autor

Realização:

UFGD
Universidade Federal
da Grande Dourados

UEMS
Universidade Estadual
de Mato Grosso do Sul

Parceiros:

CAPEF
CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

